

## 10830 - Território da Cidadania Serra Geral: acesso às políticas públicas territoriais no norte de Minas Gerais

*Território da Cidadania Serra Geral: territorial access to public policies*

GUIMARÃES, Thaynara Thaissa Dias<sup>1</sup>; ALKMIM, Leila Moraes<sup>2</sup>; CUNHA, Lize de Moraes Vieira da<sup>3</sup>; CAMPOS, Rubens Gabriel Caires<sup>1</sup>; ALKMIM, Laura Moraes<sup>2</sup>; MOTA, Virgílio Jamir Gonçalves<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Unimontes/Bolsista CNPq, thaynara.dias@hotmail.com; <sup>2</sup>Zootecnista, Mestranda Unimontes zootecnia.leila@gmail.com; <sup>3</sup>Eng. Agrônoma e Docente Unimontes, lize.moraes@gmail.com;

<sup>1</sup>Unimontes/Bolsista CNPq, cairescampos@hotmail.com; <sup>2</sup>Pedagoga, Mestranda Unimontes, alkimin@hotmail.com; <sup>3</sup>Eng. Agrônomo e Docente Unimontes, virgiliojamir@yahoo.com.

**Resumo:** O Território da Cidadania é definido pelo Ministério da Agricultura como um programa de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais, tem o objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Em cada território há um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade que determinará as prioridades de desenvolvimento e ações a serem tomadas. A união do conjunto de políticas públicas e dos investimentos previstos contribuirá para melhorar o IDH, evitar o êxodo rural e superar as desigualdades regionais. Desse modo, este artigo propõe uma análise do acesso às políticas públicas a partir dos dados obtidos no resultado da realização da primeira etapa do plano territorial no Território da Cidadania Serra Geral, norte de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** Território, Políticas públicas, Agricultura familiar.

**Abstract:** *The Território da Cidadania is defined by the Ministério da Agricultura as a sustainable regional development program and guarantee of social rights, aims to bring economic development programs and universalize basic citizenship. The union of the set of public policies and the planned investments will improve the HDI, avoid the rural exodus and overcome regional inequalities. Thereby, this article proposes a possible critic view and an analysis of access to public policies obtained from the result of the completion of the first stage of the territorial plan in the Território da Cidadania Serra Geral, Minas Gerais.*

**Key Words:** *Planning, Public Policy, Family farm*

### Introdução

O espaço geográfico tem sido nos últimos anos o objeto de estudo de pesquisadores, geógrafos, sociólogos e do próprio Estado nacional. Todos possuem o mesmo objetivo: conhecer a natureza social e os processos produtivos que compõem a divisão do território brasileiro. Partindo da perspectiva de que cada lugar possui uma realidade diferente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lançou o programa Territórios da Cidadania no ano de 2008, que reúne cerca de 153 ações de desenvolvimento regional e de garantia de direitos sociais e é composto por 60 territórios, escolhidos com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país (MDA, 2008).

A ideia deste projeto é alcançar os problemas reais da região sem se limitar a “problemas

específicos com ações dirigidas”<sup>1</sup>, ao contrário, o objetivo é unir as diferentes ações para promover um desenvolvimento em consonância com meio social (rural) e a sustentabilidade. Como exemplifica o MDA, “não basta financiar a construção de um laticínio em uma região desprovida de eletricidade suficiente para fazer funcionar os equipamentos ou de estradas para escoar a produção. É necessário, antes, suprir a região com a eletrificação e as estradas” (MDA, 2008). Ações como essa merecem destaque, pois a agricultura familiar nunca teve espaço dentro das definições do Estado, como afirma Brito (2007):

[...] É praticamente consensual entre os pesquisadores brasileiros o fato de a pequena produção agrícola, ou agricultura familiar, ter ficado excluída dos projetos governamentais de desenvolvimento ao longo de quase toda a história do País. A história da agricultura familiar no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade [...] (BRITO, 2007)

Pode-se observar então que o Estado e a sociedade têm se conscientizado da necessidade de promover um desenvolvimento econômico sustentável que atinja todos os territórios do Brasil. Um desses espaços é o Território da Cidadania Serra Geral (TCSG), que abrange uma área de 20.581,20 km<sup>2</sup> e é composto por 16 municípios: Espinosa, Jaíba, Janaúba, Manga, Matias Cardoso, Nova Porteirinha, Porteirinha, Verdelândia, Catuti, Gameleiras, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Pai Pedro, Riacho dos Machados e Serranópolis de Minas. A população do território é de 282.282 habitantes, dos quais 109.225 vivem na área rural, o que corresponde a 38,69% do total. Possui 19.357 agricultores e agricultoras familiares, 1.793 famílias assentadas e 21 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,65<sup>2</sup>.

Visando a fixação dos agricultores no campo, a melhoria e o desenvolvimento da agricultura familiar, algumas políticas públicas começaram a ser implantadas. A agricultura familiar tem procurado, cada vez mais, uma produção sustentável que incorpore um sistema produtivo equilibrado.

O objetivo deste artigo é apresentar o resultado obtido na realização da primeira etapa territorial, focando o acesso as políticas públicas de famílias agricultoras que fazem parte do Território da Cidadania Serra Geral, norte de Minas Gerais.

## **Metodologia**

A metodologia consiste em um questionário chamado Índice de Condições de Vida (ICV), que é um indicador que visa representar as mudanças percebidas, em termos das condições de vida das famílias nos territórios rurais. Este índice é um instrumento de avaliação que permite análises comparativas ao longo do tempo entre territórios distintos, sem depender da disponibilidade e atualização dos dados secundários.

O ICV é composto por três dimensões (instâncias): 1) fatores que favorecem o desenvolvimento; 2) características do desenvolvimento; e 3) efeitos do desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> Ministério do desenvolvimento Agrário, 2008

<sup>2</sup> Sistema de Informações Territoriais.

A base está nas respostas dos indivíduos, levando em conta suas famílias. O que se busca é a percepção desses indivíduos ou famílias sobre as condições de vida nos Territórios Rurais, e as respostas são anotadas em escalas de pré-estabelecidas.

Não se pergunta o valor da renda familiar (que pode ser informada com imprecisão ou viés), mas se a renda é suficiente para viver de forma adequada. Em vez de perguntar qual a produtividade da área naquele ano específico (novamente de difícil mensuração ou sujeita à imprecisão), é indagado se, para ele, a produtividade da área está boa. As respostas são claramente subjetivas, mas expressam as percepções dos indivíduos sobre cada um dos 24 indicadores que compõe o ICV. O que importa é o ponto de vista dos entrevistados, a avaliação feita por eles sobre os diversos aspectos que compõem o instrumento de captação de dados.

Foi definida uma amostra probabilística, estabelecendo-se a quantidade de unidades a pesquisar, onde e como aplicar os questionários. No Território da Cidadania Serra Geral foi definida uma amostra de 389 famílias agricultoras. Foram desenvolvidos, além do questionário, manuais de aplicação dirigidos ao Entrevistador e ao Supervisor.

O esquema amostral estabeleceu a quantidade de unidades amostrais pesquisadas e como se chegaria a elas. Foram extraídas amostras aleatórias, e o universo definido para a pesquisa do ICV constituiu-se pela população rural residente nos municípios que compõem o Território. Para captar os dados do ICV sobre essa unidade amostral, entrevistou-se o chefe do domicílio ou um representante por ele indicado, que fosse capaz de fornecer as informações.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desenvolve continuamente um mapeamento do território nacional, considerando desde as unidades de federação até os municípios, os quais são subdivididos em Setores Censitários, para os quais o IBGE registra, além da localização georreferenciada, os elementos humanos que o compõem: indivíduos, domicílios, famílias, entre outras. Assim, o sorteio de Setores Censitários é uma forma de compor amostras de pessoas geograficamente distribuídas, cujas características são conhecidas e localizáveis. Tecnicamente, em uma amostra probabilística, a chance de uma unidade amostral fazer parte da amostra é conhecida e maior que zero. As informações do Setor Censitário, portanto, adaptam-se a esse pré-requisito.

As listas de municípios que compõem os territórios foram obtidas a partir do Sistema de Informações Territoriais do MDA e a lista de Setores Censitários rurais de cada um da Contagem de População - 2007. Foi montado, então, um cadastro de domicílios rurais presentes no território.

Em seguida, foi feito um sorteio em dois estágios: no primeiro, foram sorteados os Setores Censitários da lista referente ao conjunto de municípios dos territórios; no segundo, o sorteio de domicílios rurais dentro dos setores censitários selecionados na primeira etapa. Esse esquema se chama “amostra por Sistema de Gestão Estratégica Índice de Condições de Vida (ICV/SGE), conglomerados em dois estágios.

## Resultados e Discussão

As dificuldades vivenciadas pelos produtores não são apenas aquelas referentes ao espaço, mas também dificuldades de ordem material e de financiamentos a longo prazo; problemas que remete ao papel das políticas públicas que deveriam viabilizar o segmento da produção agrícola familiar, como aponta Santos:

[...] as políticas destinadas às questões agrárias, principalmente as que envolvem a agricultura familiar, devem ser entendidas como forma de desenvolvimento de uma outra agricultura, cuja dinâmica e objetivos absorvam a modernização social necessária para o país; e compreenda a dinâmica da agricultura familiar, no sentido mais concreto de seu entendimento - como criadora de um espaço de produção, de um espaço de trabalho e com capacidade de gerar redes econômicas, sociais, culturais e políticas que integrem os milhares de excluídos do modelo de desenvolvimento hegemônico [...] (SANTOS, 2007).

Uma das perguntas feitas aos agricultores familiares foi: “sobre os programas do governo, você acha que as condições para conseguir participar são: muito simples; simples; mais ou menos; complicada ou muito complicada.”

Dos agricultores familiares entrevistados, 40,2% responderam que acham mais ou menos complicadas (ou regulares) as condições de participação dos programas do governo. Sendo que 28,1% responderam que acham complicadas (ruim) e 8,7% responderam que acham muito complicadas (péssimo).

Considerando ainda o acesso aos programas de governo, 4,5% dos entrevistados responderam que acham muito simples (ótimo) e 18,6% responderam que acham simples (bom) conseguir participar de algum programa do governo.

Diante dessa característica relatada pelas famílias agricultoras, percebe-se que as famílias com maior acesso a informação consideram simples as condições para participação dos programas do governo (aproximadamente 23,1% dos entrevistados).

Sendo assim, 76,9% consideram complicadas as condições para participação dos programas do governo, o que retrata uma grande maioria das famílias agricultoras com dificuldade de acesso as informações, sejam elas de baixa escolaridade e/ou pouca participação nas formas associativas.

Outra pergunta foi sobre a assistência técnica em sua produção: “as condições para receber assistência técnica para a sua produção são: muito simples; simples; mais ou menos; complicada; muito complicada.”

Dos produtores entrevistados, 34,7% responderam que acham mais ou menos complicado (ou regular) receber assistência técnica para a sua produção, 26,2% responderam que acham complicadas (ruim) e 11,8% responderam que acham muito complicadas (péssimo). Sendo que 5,7% responderam que acham muito simples (ótimo) e 21,6% responderam que acham simples (bom) receber assistência técnica.

Aproximadamente 27,3% dos entrevistados que obtêm parcerias entre as entidades

governamentais e não governamentais, consideram simples as condições para receber assistência técnica.

Dessa forma, 72,7% consideram complicadas as condições para receber assistência técnica, o que retrata a maioria das famílias agricultoras com dificuldade de acesso as informações, sejam pela baixa escolaridade e/ou pouca participação nos núcleos associativos, e em muitos casos essa dificuldade é ampliada pela diferença de partidária que oferecem assistência técnica.

### **Considerações Finais**

Após a análise do resultado do Índice de Condição de Vida, pode-se concluir que os 389 agricultores familiares entrevistados ainda enfrentam barreiras para acessar as políticas públicas, mesmo após a implantação do Território da Cidadania Serra Geral.

### **Agradecimentos**

Este trabalho contou com recursos financeiros do CNPq/SDT/MDA e foi realizado pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

### **Referências bibliográficas**

BRITO, Celestino de Oliveira. Limites para a adequação da agroindústria artesanal familiar aos mecanismos de mercado. In: BRANDENDURG, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno (Orgs.). **Ruralidades e questões ambientais**: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Brasília: MDA, 2007. 143p.

Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasil, 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em 31 de maio de 2011.

SANTOS, Fábio Fraga dos. O papel do Banco da Terra na reconstrução do rural. In: BRANDENDURG, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno (Orgs.). **Ruralidades e questões ambientais**: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Brasília: MDA, 2007. 199p.